

# A Educação para o Jornalismo – Uma Perspectiva Sobre Portugal

Mário Mesquita

---

## RESUMO

Em 1979 surgiu, em Portugal, a primeira licenciatura em Comunicação Social. Em Abril de 1994 já existiam 24 cursos superiores na área da comunicação e do jornalismo. Esta mudança traduz, simultaneamente, a valorização social das profissões dos media e a crise das saídas tradicionais das formações universitárias em Ciências Sociais e Humanas.

**PALAVRAS CHAVE:** comunicação -- educação -- formação -- jornalismo -- media

---

## ABSTRACT

La primera carrera universitaria en comunicación social empezó en Portugal en el año 1979. En abril de 1994 ya existen en el país 24 programas en el campo de la comunicación y del periodismo. Este cambio significa al mismo tiempo la legitimización social de los profesiones mediáticas y la crisis de las carreras universitarias tradicionales en ciencias sociales y humanidades.

**PALAVRAS CHAVE:** educación -- medios -- periodismo -- promoción

---

## RESUMEN

The first portuguese University course on Mass Communication was created in 1979. In April 1994 there were already 24 courses on Mass Communication and Journalism at the Universities and Polytechnics. This trend reflects, at the same time, the social growth of the status of the journalists and other media professions and the crises of the job issues of the traditional courses on Liberal Arts.

**KEW WORD:** communication -- education -- journalism -- media -- training

Este artigo corresponde, com ligeiras alterações, à comunicação apresentada ao II Congresso de Jornalismo de Língua Portuguesa, efectuado no Rio de Janeiro, em Dezembro de 1994. A pesquisa de dados para este trabalho foi efectuado com o apoio de Dulce Mourato, enquanto assistente de investigação.

O autor é jornalista, professor no Departamento de Ciências de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, membro do Secretariado da Licenciatura em Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e colunista semanal do *Diário de Notícias*.

## O ESTATUTO DO JORNALISTA

Portugal e Espanha: de um lado da fronteira, o franquismo; do outro, o salazarismo. Em ambos os casos, a censura prévia condicionava a liberdade de expressão dos cidadãos e limitava a acção dos *media*. Seria razoável supor que a evolução do jornalismo tivesse sido semelhante, mas a análise comparada da Comunicação Social nos dois países peninsulares revela-nos significativas discrepâncias.

A dimensão dos mercados de leitura e da informação ajuda a compreender a diferença. O vasto mercado espanhol impulsionou a valorização do estatuto do jornalista, enquanto a exiguidade das audiências no espaço português ditou a subalternidade da categoria profissional dos jornalistas no que se refere ao prestígio social, às remunerações e à formação exigida para o acesso à profissão.

*Sob Salazar e Caetano, o jornalismo era uma profissão de pouco prestígio, essencialmente burocrática, que oferecia poucas oportunidades para uma carreira interessante: daí que poucas pessoas com talento e imaginação a escolhessem -- escrevem, carregando nos traços, dois investigadores britânicos. A falta de lucros assegurava que os salários eram baixos; a ausência de liberdade de expressão garantia que não existia maneira de desenvolver a capacidade literária e intelectual. A imagem dos jornalistas também sofreu com a ideia de que se estavam tornando uma gerontocracia: em 1973 não menos de dois terços dos jornalistas sindicalizados tinham mais de 50 anos. Para compensar os baixos salários (muito mais baixos do que, por exemplo, os dos pequenos funcionários públicos), muitos jornalistas arranjavam empregos part-time. (...) O jornalismo não gozava de prestígio social e não dava acesso à elite governamental: os jornalistas (ao contrário dos membros das profissões liberais, como os advogados) não recebiam lugares no Estado e nas empresas privadas e raramente chegavam à Câmara Corporativa. O jornalismo de informação e a reportagem investigativa no sentido em que as palavras se usam na Europa Ocidental e na América não existiam; não havia grupos de pressão jornalísticos ou fontes privilegiadas. Politicamente, o papel do jornalista consistia em transcrever ou resumir declarações emanadas do governo ou de entidades oficiais.*<sup>1</sup>

Esta visão é excessiva e algo caricatural, mas vale enquanto representação construída por observadores anglo-saxónicos da situação profissional do jornalismo português. A 25 de Abril de 1974 havia 626 jornalistas sindicalizados. A média de idades era de 45 anos. Sob o ponto de vista das habilitações literárias prevaleciam as pessoas com o ensino secundário, sendo o número de licenciados apenas de 17%. Aliás, só a partir de 1965 o Sindicato passou a exigir o Curso Geral dos Liceus como condição mínima para o acesso.<sup>2</sup>

Nos seus traços gerais, a evolução da profissão corresponde aos seguintes dados: em 1976 estavam inscritos 882 profissionais no Sindicato dos Jorna-

---

<sup>1</sup> SEATON, Jean, PIMLOTT, Ben. The Portuguese Media in Transition. Em: MAXWELL, Kenneth. *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press, 1983, p.97-98.

<sup>2</sup> O acesso à profissão de jornalista, comunicação ao I Congresso dos Jornalistas Portugueses, de Elisabete França e Guiomar Belo Marques (texto dactilografado).

listas; em 1980, já havia 1392 jornalistas e em 1985 o número passa a ser de 1771, aproximando-se do triplo do total que se registrava em 1974, mas o grande crescimento no acesso à profissão verifica-se a partir de 1985: em 1990, havia 2602 jornalistas inscritos no Sindicato e actualmente contam-se 3909.]

Anos	Valores totais de Jornalistas inscritos <sup>a</sup>
1960	284
1968	419
1974	626
1976	882
1980	1392
1985	1771
1990	2602
1994	3909

Nos 20 anos decorridos após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o número de jornalistas quintuplicou. O regime democrático acarretou uma revalorização do papel do jornalismo e dos jornalistas. O aumento do número de profissionais no período entre 1974 e 1985 explica-se, fundamentalmente, pelo novo papel desempenhado pelos media.

Mais de metade dos jornalistas existentes iniciaram a sua prática profissional após a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e sob o Governo do primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva. O jornalismo português dos anos 80 reflectia ainda a predominância do debate ideológico dos anos da Revolução, mas rapidamente inflectiu para outras direcções: a personalização e a psicologização da informação política, o desenvolvimento da informação económica, o interesse pela informática e pelas novas tecnologias, o alargamento da informação sobre espectáculos ou a *redescoberta* das edições dominicais, com magazines incorporados.

A partir de 1985 -- e, mais acentuadamente, a partir de 1987 -- fenómenos como o movimento das rádios locais, as privatizações na Imprensa escrita e a abertura da televisão a operadores privados desempenharam papel decisivo na revalorização da profissão de jornalista.

O sociólogo José Luís Garcia situa nesta época duas importantes mutações: *feminização e juvenilização*. O número de mulheres era extremamente

reduzido na profissão. Em 1987, o sexo masculino representava 80,2% do total de jornalistas, enquanto o sexo feminino se confinava a 19%.<sup>3</sup> Em 1990, a proporção de mulheres aumentou para um quarto da totalidade dos profissionais e presentemente corresponde a 29,2% do universo dos jornalistas inscritos.<sup>4</sup>

À medida que se foi evidenciando a relevância do papel dos *media* -- e em especial, da televisão -- na sociedade portuguesa, aumentou a sedução das jovens gerações de estudantes pela profissão de jornalista. A criação de novas estações de rádio, novos canais de televisão e novos jornais -- designadamente, *O Independente* e *O Público* -- abriu oportunidades para os jovens se afirmarem nas redacções. A maior parte dos cursos universitários e politécnicos foram fundados neste período. A problemática da formação do ensino de jornalismo deixou de constituir apenas uma questão de interesse meramente interno ao meio corporativo da comunicação e passa a mobilizar atenções a outro nível.

A par do reequilíbrio provocado pela entrada de mulheres, registrou-se um progressivo rejuvenescimento da profissão: "os dados sobre 1990 -- informa José Luís Garcia -- indicavam que as classes etárias até aos 44 anos de idade representavam 70,1% de todos os jornalistas e que tinham menos de 30 anos quase um quarto dos jornalistas (32,4%)".<sup>5</sup>

As perspectivas algo eufóricas dos primeiros anos após a adesão às CE foram corrigidas pela evolução verificada na primeira metade dos anos 90. Alguns dos novos projectos jornalísticos foram bem sucedidos, enquanto outros cedo sossobraram. Enquanto se acentuava a tendência para a concentração da propriedade dos meios em grupos de comunicação,<sup>6</sup> diversos títulos da Imprensa escrita (novos, antigos ou relançados) desapareceram do mercado. Os investimentos estrangeiros aumentaram na área da Comunicação.

Este novo quadro, caracterizado por uma grande instabilidade, produziu importantes transformações -- por vezes, contraditórias entre si -- no mercado de emprego dos jornalistas e abriu uma crise do sindicalismo. Instrumentos

---

<sup>3</sup> GARCIA, Luís. Principais tendências da evolução do universo dos jornalistas portugueses. *Vértice*, n. 60, II série, mai-jun. 1994, p. 70.

<sup>4</sup> GARCIA, Luís, loc. cit.

<sup>5</sup> GARCIA, Luís, loc. cit.

<sup>6</sup> O relatório sobre a concentração dos meios de comunicação social no nosso país efectuado, no âmbito do Sindicato dos Jornalistas, por Adelino Cardoso, Daniel Deusdado e Ricardo Costa (Cf. Os concentrados de comunicação social. *Público*, 16.6.1992, p. 25), concluiu que o mercado é dominado pelos grupos Lusomundo (além do domínio quase absoluto da distribuição de cinema em Portugal, de 70% do mercado de venda directa e 25% de aluguer do vídeo, este grupo multimedia possui o *Jornal de Notícias*, o *Diário de Notícias* e controla ou participa no capital social de duas gráficas, de uma distribuidora e de uma rádio regional) e Pinto Balsemão (proprietário do *Expresso*, de *A Capital*, da *Exame*, principal accionista do canal privado de televisão SIC e de duas empresas de comercialização de vídeo e outra de produção. Segue-se a Igreja Católica com a TVI, a *Rádio Renascença* e uma grande quantidade de jornais regionais e locais, de dioceses e de paróquias.

como as convenções colectivas de trabalho entraram em crise,<sup>7</sup> face à tendência para a negociação de contratos a nível individual.

Criou-se um *vedetariado* dos *media*, auferindo remunerações muito elevadas, ao mesmo tempo que surgiam situações de desemprego, aparentemente absorvidas por actividades de comunicação consideradas incompatíveis com o exercício do jornalismo nos termos do Código Deontológico em vigor. Diluíram-se fronteiras entre vários *ofícios da comunicação* (por exemplo, jornalista e assessor de Imprensa). As *agências de comunicação*, que funcionam como intermediários entre departamentos governamentais ou empresas privadas e os meios de comunicação, emergiram como um novo actor do espaço público mediatizado.

## DA PRÉ-HISTÓRIA AOS PRIMEIROS CURSOS

O ensino e formação para o jornalismo constituíram, ao longo do antigo regime, uma reivindicação persistente do Sindicato dos Jornalistas.

Logo em 1941, o Sindicato, então dirigido por Luís Teixeira, propôs, embora sem resultados práticos, a criação "de um *curso de formação jornalística*, de dois anos, com o objectivo de promover, de maneira decisiva, a valorização profissional dos jornalistas e elevar seu nível de cultura até os limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa".<sup>8</sup>

Ao contrário do que sucedia em Espanha, onde o regime fundou, precisamente em 1941, a Escola Oficial de Jornalismo -- parte integrante do aparelho ideológico franquista -- o salazarismo pautou a sua atitude face ao jornalismo e aos jornalistas pela negativa: valorizando a censura e a propaganda, desvalorizando a profissão e desinteressando-se de qualquer projecto de formação.

Na fase terminal do regime, a direcção do Sindicato dos Jornalistas presidida por Silva Costa apresentou um *Projecto de Ensino de Jornalismo* (1971).<sup>9</sup> Veiga Simão, ministro da Educação Nacional do Governo de Marcelo Caetano, acenou ao Sindicato com a hipótese de criar "um Instituto Superior de Ciências da Informação, de nível universitário mas autónomo e, por isso, dizia o prof. Veiga Simão, talvez com maior maleabilidade e eficiência" do que se estivesse integrado na Universidade -- em cuja auto-reforma já ninguém parecia acreditar".<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> É o caso, por exemplo, da imprensa diária.

<sup>8</sup> MARCOS, Luís Humberto. Portugal, primeiro a inovar, último a formar. Intercom - Revista Brasileira de Comunicação, v. X, n. 57, jul.-dez. 1987, p. 115-118.

<sup>9</sup> COSTA, Silva. Para quando um Curso Superior de Jornalismo? *Jornalismo*, dez. 1983, p. 32. A comissão que preparou o projecto era constituída por Jacinto Baptista, António dos Reis, João Gomes e Cáceres Monteiro, além do próprio Manuel da Silva Costa, tendo contado ainda com a colaboração, na qualidade de assessores técnicos, de José Lechner, Oliveira Figueiredo e Carlos Pontes de Leça. Silva Costa contou ainda com o apoio de Adelino Amaro da Costa, a quem solicitou que nos ajudasse a afeiçoar a fórmula à sensibilidade da máquina do Ministério.

<sup>10</sup> COSTA, Silva, loc. cit.

Esta tentativa, no entanto, gorou-se, porque -- de acordo com a análise de Silva Costa -- "esse projecto não resistiu ao conflito de competências e objectivos políticos aberto entre o Ministério da Educação, o Ministério das Corporações e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, esta respaldada no temor da própria Presidência do Conselho de ver diluído o controle implacável do exercício da informação, que Marcelo Caetano conservou mesmo depois de transformar a Censura em Exame Prévia. Havia gente de mais interessada na tutela do ensino de jornalismo".<sup>11</sup>

Seria uma escola privada a dar os primeiros passos. Em 1973, começou a funcionar o Curso Superior de Jornalismo, no âmbito da Escola Superior de Meios de Comunicação Social, pertencente ao grupo Quina. Tinha três anos de duração, sendo o primeiro um ano propedêutico comum ao Curso Superior de Publicidade e Relações Públicas, mas não conferia qualquer grau académico oficialmente reconhecido, nem foi propriamente "ancionado pela profissão".<sup>12</sup>

O funcionamento do curso prolongou-se após a Revolução, mas a crise do grupo proprietário, atingido pela política de nacionalizações dos Governos Provisórios, acabou por conduzir ao encerramento da escola, apesar dos esforços desenvolvidos por Jorge Tavares Rodrigues para assegurar sua continuidade.

Após o 25 de Abril, o Secretário de Estado da Comunicação, José Sanches Osório, reflectindo a preocupação do novo poder com o papel dos *media*, enviou a Paris um grupo de jovens jornalistas e candidatos a jornalistas a fim de frequentarem cursos de formação do C.F.P.J. (Centre de Formation et Perfectionnement de Journalistes).

Tardou a surgir uma resposta institucional, pública ou privada. Formaram-se, sucessivamente, cinco comissões com vista a estudar o início do ensino superior do jornalismo.<sup>13</sup> Uma delas, instituída em 1976, visava retomar o projecto do Sindicato de 1970, tendo recolocado a hipótese de um Instituto Superior Autónomo.<sup>14</sup>

Durante a vigência do II Governo Constitucional, constituiu-se, por iniciativa do secretário de Estado da Comunicação Social, João Gomes -- ele próprio formado pela Escola de Jornalismo de Lille -- outra comissão<sup>15</sup> que, durante os meses de Junho e Julho de 1978, preparou um projecto sobre o

---

<sup>11</sup> COSTA, Silva, loc. cit.

<sup>12</sup> COSTA, Silva, loc. cit.

<sup>13</sup> AGEE, Warren, TRAQUINA, Nelson. O Quarto Poder frustrado: os meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário. Lisboa: Vega, [s.d.], p. 125.

<sup>14</sup> Constituída por Silva Costa, Jacinto Baptista, João Palmeiro (Secretário de Estado da Comunicação Social), Carmelo Rosa e Maria Emília Barroso (Ministério da Educação e Cultura).

<sup>15</sup> Constituída por Norberto Lopes (presidente), António Trigo de Sousa, Carlos Veiga pereira, José Carlos de Vasconcelos, Luís Margarido Correia, Manuel Magro, Manuel da Silva Costa, Mário Mesquita, Miguel Sousa Tavares (em representação do Ministério da Educação) e Jorge Tavares Rodrigues (secretário-executivo).

ensino superior de jornalismo, em nível de licenciatura, mas a queda do Governo, pouco meses depois, inviabilizou a respectiva concretização.

A comissão pronunciou-se, por unanimidade, a favor da criação de uma Escola Superior de Jornalismo, concebida para ensinar «todos os tipos de jornalismo, mas apenas esses», no âmbito de um curso de três anos (bacharelato), que poderia ser completado por dois anos de especialização (licenciatura) numa Faculdade de Ciências da Informação.<sup>16</sup>

Só no final da década de 70, o ensino da Comunicação Social chegou à Universidade, sem que nenhum dos cursos então criados tenha emanado do meio profissional dos jornalistas. A primeira licenciatura em Comunicação Social foi fundada em 1979, na Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação de Adriano Duarte Rodrigues, durante o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo (Veiga da Cunha era ministro da Educação e Manuel Nazaré desempenhava o cargo de Secretário de Estado do Ensino Superior).

Em 1980, surgiu uma nova licenciatura em Comunicação Social, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa, estabelecimento de ensino vocacionado, sob o antigo regime, para a formação de quadros políticos e administrativos para as colónias. O curso foi dirigido, desde o início, por José Júlio Gonçalves.

Por seu turno, a Universidade Católica Portuguesa organizou, a partir de 1980, cursos de Ciências da Informação, em quatro semestres, que se destinavam a pessoas já possuidoras de formação universitária ou a profissionais de jornalismo com mais de cinco anos de experiência. Estes cursos, que não conferiam qualquer grau académico, embora se configurassem como uma espécie de pós-graduação, foram orientados por Manuel Lopes da Silva e, posteriormente, por Artur Anselmo.<sup>17</sup>

A par das licenciaturas, criaram-se cursos de aperfeiçoamento, especialização e adaptação para profissionais de comunicação, no âmbito de instituições especificamente vocacionadas para a formação profissional.

Profissionais de jornalismo do Porto, na seqüência do I e II Encontros dos Jornalistas do Norte (1980 e 1982), fundaram, no ano de 1983, sob a forma de cooperativa, o Centro de Formação de Jornalistas (CFJ),<sup>18</sup> com o objectivo de promover a actualização e a reciclagem dos profissionais da informação.

Dado que a legislação portuguesa não permite que uma cooperativa de jornalistas ministre cursos de nível superior ou universitário, foi fundada em 1985, graças ao impulso e ao apoio logístico do CFJ, a Escola Superior de Jornalismo do Porto, onde passou a ser ministrado um bacharelato em Jornalismo.

---

<sup>16</sup> A comissão também propôs que o acesso dos profissionais do jornalismo que não possuísem as habilitações necessárias poderia processar-se através da frequência com aproveitamento (equiparada ao "exame ad hoc" de acesso de adultos ao ensino universitário) de um Curso de Introdução às Ciências da Informação. Esta proposta deparou com resistências por parte do Ministério da Educação.

<sup>17</sup> AGEE, Warren, TRAQUINA, Nelson, op. cit. p. 123-132.

<sup>18</sup> Actualmente dirigido por Luís Humberto Marcos.

Em Outubro de 1986, criou-se, em Lisboa, outra instituição vocacionada para a formação profissional, o CENJOR (Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas), resultante de um protocolo firmado entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direcção-Geral de Comunicação Social, o Sindicato dos Jornalistas, a Associação da Imprensa Diária (AID) e a Associação da Imprensa Não-Diária (AIND).

## O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DOS CURSOS

O milagre da multiplicação dos cursos de Comunicação verificou-se já após a adesão à CE, em plena era dos governos de Cavaco Silva. O panorama actual cifra-se num total de 23 cursos superiores, correspondendo a nove licenciaturas e 14 bacharelatos oficialmente reconhecidos.<sup>19</sup> A este conjunto acrescem ainda os Diplomas de Estudos Superiores Especializados, que complementam os bacharelatos, sendo equiparados a licenciaturas.

Das licenciaturas, seis integram-se no sector público e três no sector privado do ensino universitário. Denominam-se licenciatura em Ciências da Comunicação<sup>20</sup> na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (criada em 1979)<sup>21</sup> e em Comunicação Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (criada em 1980), na Universidade da Beira Interior (criada em 1989) e na Universidade do Minho (criada em 1991).

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra criou a primeira licenciatura em Jornalismo existente em Portugal (1993). A licenciatura em Novas Tecnologias da Comunicação, da Universidade de Aveiro, não visa, pelos menos de forma específica, a formação para os *media* e para o jornalismo, mas inclui cadeiras como Teoria e Prática da Comunicação I e II, Sociologia da Comunicação e Direito e Deontologia da Comunicação.

No sector privado, surgiram a licenciatura em Comunicação Social e Cultural da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (criada em 1993) e as licenciaturas em Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões e do Instituto Erasmus de Ensino Superior (Porto).

A Universidade Nova de Lisboa é a única instituição de ensino universitário português que propõe programas de Mestrado<sup>22</sup> e Doutoramento em Ciências da Comunicação.

---

<sup>19</sup> Os cursos aqui recensados foram reconhecidos até 15 de Abril de 1994. Já foi, entretanto anunciada a criação de novas licenciaturas nesta área na Universidade Internacional e na Universidade Lusófona.

<sup>20</sup> Designação adoptada em 1993. Anteriormente, designava-se por licenciatura em Comunicação Social.

<sup>21</sup> O ramo opcional de Jornalismo foi introduzido, no âmbito da licenciatura da UNL, em 1986. Desde então os estudantes que façam tal opção obtêm uma licenciatura em "Comunicação -- ramo Jornalismo".

<sup>22</sup> O Mestrado em Comunicação foi criado em 1984, tendo passado a designar-se, desde 1993, por Mestrado em Ciências da Comunicação.

Deve referir-se, igualmente, o caso do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) que, não ministrando cursos especificamente direccionados para a área das Ciências da Comunicação ou da Comunicação Social, tem desempenhado papel relevante nesta área, através da secção de Cultura e Comunicação, dirigida por Paquete de Oliveira.

A licenciatura em Sociologia do ISCTE engloba disciplinas opcionais de Sociologia da Comunicação e Sociologia dos *media*. O Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologia da Informação começou a funcionar durante o ano lectivo de 1994-95. Este Instituto tem sido, por vezes, um interlocutor privilegiado do Sindicato dos Jornalistas, conforme sucedeu no caso do Primeiro Inquérito aos Jornalistas Portugueses, efectuado pelo ISCTE, sob a orientação de José Luís Garcia.

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra "oferece", no âmbito do Instituto Jurídico da Comunicação, um Curso de Direito da Comunicação, em nível de pós-graduação, desde o ano lectivo de 1991-92. O acesso ao curso, cuja duração é anual (dois semestres), é reservado, por ordem de preferência, a licenciados em Direito, titulares de outras licenciaturas, desde que sejam profissionais da Comunicação Social, e, finalmente, a título excepcional, a profissionais da Comunicação Social sem licenciatura, mediante a apresentação do respectivo curriculum. O curso não confere qualquer grau académico.

Em nível do ensino superior politécnico existe um total de 14 bacharelatos oficialmente reconhecidos.

No ensino público, os cursos existentes são oito:

- bacharelatos em Relações Públicas e bacharelato em Publicidade e Marketing no Instituto Politécnico de Lisboa na Escola Superior de Comunicação Social;
- bacharelato em Comunicação na Escola Superior de Educação de Coimbra;
- bacharelato em Comunicação e Relações Económicas e bacharelato em Comunicação e Relações Públicas no Instituto Politécnico da Guarda, através da Escola Superior de Educação da Guarda;
- bacharelato em Comunicação Social no Instituto Politécnico de Setúbal, através da Escola Superior de Educação de Setúbal;
- bacharelato em Jornalismo e Comunicação no Instituto Politécnico de Portalegre, através da Escola Superior de Educação de Portalegre;
- bacharelato em Tecnologia da Comunicação Audiovisual, no Instituto Politécnico do Porto, através da Escola Superior de Educação e da sua Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão.

Em nível do politécnico privado existem mais seis cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação:

• bacharelato em Comunicação Social na Escola Superior de Jornalismo (Porto);

- bacharelato em Ciências da Informação no Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias;
- bacharelato em Comunicação no Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA de Santarém);

- bacharelato em Comunicação e Jornalismo no Instituto Português de Estudos Superiores;
- bacharelato em Jornalismo no Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa - ISACE (Guarda);
- bacharelato em Jornalismo no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração - ISCTA.

Os Institutos Politécnicos possuem a possibilidade de conferir Diplomas de Estudos Superiores Especializados, que são equiparáveis a licenciaturas, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo. É o caso da Escola Superior de Jornalismo do Porto que tem em funcionamento um Curso Superior de Estudos Especializados em Jornalismo Internacional, com a duração de um ano, repartido em dois semestres.<sup>23</sup>

## OS PLANOS DE ESTUDO DE ALGUMAS LICENCIATURAS

Os representantes de sete licenciaturas universitárias da área (as que pertencem ao sector público e aquela que se integra na Universidade Católica) -- as únicas representadas no Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas<sup>24</sup> -- reunidos no I Encontro dos Cursos de Comunicação (ECCO),<sup>25</sup> decidiram fundar uma instituição que terá, entre outros, o objectivo de "representar os Cursos Superiores, os docentes e os investigadores da área dos estudos em ciências da comunicação junto do Ministério da Educação e de outras instituições tanto públicas como privadas".<sup>26</sup>

Na impossibilidade de analisarmos o conjunto dos planos de estudos dos 23 cursos universitários, optamos por seleccionar apenas as licenciaturas da ECCO, à excepção do curso de Novas Tecnologias da Universidade de Aveiro, devido à sua natureza específica, que não abrange, naturalmente, a formação de jornalistas. Nesta breve incursão, considerámos as características gerais dos cursos, as áreas de estudos sobre os *media* e, finalmente, o domínio específico do jornalismo. Não recenseamos as disciplinas incluídas nas áreas de especialização em comunicação aplicada (publicidade, relações públicas e comunicação empresarial) ou em variantes de outra natureza.

---

<sup>23</sup> O programa do DESE da Escola Superior de Jornalismo consta das seguintes seminários: - 1º semestre: Seminário em Estudos Europeus I, Seminário de Estudos ACPI, Seminário O Jornalismo na relações Internacionais e Seminário de Geopolítica Mundial; 2º semestre: Seminário em Estudos Europeus II, Seminário de Estudos ACP II, Seminário Nova Ordem Económica e Política Internacional e Seminário Nova Ordem de Informação Internacional. A obtenção do diploma implica a apresentação de uma monografia até seis meses depois de concluída a parte lectiva do Curso.

<sup>24</sup> A Universidade Católica é a única instituição privada representada nesse Conselho.

<sup>25</sup> A reunião efectuou-se na Covilhã, em instalações da Universidade da Beira Interior, nos dias 11 e 12 de novembro de 1994.

<sup>26</sup> Comunicado de Imprensa divulgado no final da reunião da Covilhã.

Duas configurações de cursos se deduzem da análise dos programas curriculares:

- as licenciaturas estruturadas em volta da "problemática comunicacional", cujos *currícula* se articulam de modo a responder à questão "o que é a comunicação humana?";
- as licenciaturas estruturadas com vista a fornecer aos estudantes a formação humanística considerada desejável para as profissões dos *media*.

Todos estes cursos asseguram, com maior ou menor desenvolvimento, disciplinas relacionadas com a aprendizagem das formas de expressão e dos conhecimentos tecnológicos necessários ao exercício das profissões dos *media*.

Não se trata de projectos antagónicos. Os planos curriculares de ambas as «famílias» de cursos coincidem em muitas disciplinas de formação fundamental -- da área da Sociologia, da Semiologia e da Filosofia, por exemplo. No entanto, a perspectiva é diversa: num caso, estamos perante o projecto de fundar um novo campo de saber transdisciplinar; no outro, o plano de curso articula-se em função de uma formação para as profissões dos *media* e do jornalismo na perspectiva das ciências sociais e humanas.

Muitas disciplinas estão presentes em ambos os projectos, mas é evidente a predominância das ciências da linguagem e da filosofia nos cursos da «problemática da comunicação», enquanto os outros colocam o acento tónico em áreas como a história moderna e contemporânea, a cultura e a língua portuguesa.

Na opinião de Warren K. Agee e Nelson Traquina -- num texto datado dos anos 80 -- o debate acerca do ensino do jornalismo centra-se

*na questão do tipo de ensino apropriado e do seu grau académico: uma corrente defende que o ensino nesta área deve privilegiar uma educação nas ciências sociais e humanas, dando-lhe o prestígio de uma licenciatura; outra corrente defende um ensino que privilegia a aprendizagem técnica, inserido nas escolas politécnicas com o grau de bacharelato.*<sup>27</sup>

A formulação de Agee e Traquina permite dar conta da divergência entre um ensino profissionalizante, vocacionado apenas para a retransmissão de rotinas profissionais e o ensino universitário, mas a diferente orientação entre os dois tipos de licenciaturas existentes configura outro tipo de clivagem. Não se trata aqui da reprodução da polémica entre formação profissional (*know how*) e ensino universitário (*know why*) -- presente no confronto dos departamentos universitários com os politécnicos.

No interior do própria Universidade, estamos perante a contraposição entre projectos de ensino e investigação fundamentados numa problemática teórica (a questão comunicacional) e uma visão do ensino da comunicação

---

<sup>27</sup> AGEE, Warren, TRAQUINA, Nelson, loc. cit. Comunicado de Imprensa divulgado no final da reunião da Covilhã.

baseada numa certa ideia de preparação humanística para o exercício das profissões dos *media*. No primeiro caso, o plano de estudos e as orientações de investigação são deduzidos a partir do projecto de constituição de uma nova área de saber. No segundo, constroem-se os *curricula* e as linhas de investigação a partir de uma certo perfil profissional.

De entre as seis licenciaturas consideradas, verifica-se alguma proximidade entre os planos de estudos da Universidade Nova de Lisboa (Ciências da Comunicação), da Universidade do Minho (Comunicação Social) e da Universidade da Beira Interior (Comunicação Social), que se distinguem por encararem a problemática da comunicação numa perspectiva filosófica, antropológica e semiológica, embora, naturalmente, os departamentos sediados em Braga e na Covilhã não disponham ainda de um corpo docente que lhes permita desenvolver o conjunto de áreas científicas e de especialização presentemente contempladas no programa da Universidade Nova.

O departamento e os cursos da Universidade Nova de Lisboa mudaram de nome, a partir do ano lectivo de 1993-94. A designação de licenciatura em Ciências da Comunicação substituiu a formulação inicial de Comunicação Social. Esta mudança de intitulado é significativa e veio conferir maior visibilidade à natureza do curso, adequando as palavras à realidade existente em termos de disciplinas ministradas e de linhas de investigação.

Em nota introdutória ao novo plano de estudos, explicita-se que esta alteração da designação inicialmente adoptada radica em "duas ordens de razões": em primeiro lugar, porque o intitulado não correspondia ao trabalho científico e pedagógico desenvolvido, que ia bastante mais longe que a formação para os meios de comunicação social, desenvolvendo-se já outras abordagens e formações, seja no cinema, na interactividade, na cultura, etc.; em segundo lugar, a reforma curricular então efectuada explicita uma série de áreas científicas que não cabiam em designação tão restritiva.

Na perspectiva de Adriano Duarte Rodrigues, a comunicação constitui "um ramo científico especializado que se situa na fronteira entre as chamadas ciências da natureza e as ciências humanas e, por outro lado, entre as perspectivas teórico-metodológicas herdadas das fenomenologias e dos estruturalismos".<sup>28</sup> Em síntese, "um ramo do saber inscrito na herança das ciências humanas em torno de um paradigma transdisciplinar, o paradigma comunicacional".<sup>29</sup>

O simples enunciado das "áreas científicas de formação comum" (disciplinas obrigatórias) da licenciatura da UNL já indicada as linhas gerais da problemática subjacente à estruturação do curso: Teoria da Comunicação, Comunicação e Linguagem, Comunicação e Ciências Sociais, Comunicação, Sistemas e Tecnologia.

Pode referir-se, a título meramente exemplificativo, que a área científica da Teoria da Comunicação consta das seguintes disciplinas: Comunicação e

---

<sup>28</sup> RODRIGUES, Adriano Duarte. O ensino universitário da comunicação social. O Campo dos Media, Lisboa, Vega, [s.d.].

<sup>29</sup> RODRIGUES, Adriano Duarte, op. cit.

Hermenêutica, Comunicação Interpessoal, Filosofia da Comunicação, Modelos da Comunicação, Pragmática da Comunicação, Retórica e Argumentação e Teoria da Comunicação.

As analogias entre o curso da UNL e a licenciatura da Universidade do Minho ressaltam, ao examinarmos as áreas científicas obrigatórias desta última: a Comunicação, a Sociologia, a Filosofia, as Línguas Vivas, a Economia, a História, a Informática e a Organização e Gestão. A constituição da área da Comunicação abrange as disciplinas obrigatórias de Semiótica, Técnicas de Expressão, Métodos de Investigação I e II, Teorias da Comunicação, Psicologia Social, Sociologia da Comunicação, Deontologia da Comunicação, História e Semiótica das Artes Visuais, Informação Internacional e Questões Aprofundadas de Comunicação. Estas cadeiras, que são depois completadas pelas cadeiras específicas das opções profissionalizantes, espelham bem uma abordagem da questão comunicacional semelhante à da UNL.

A licenciatura da Universidade da Beira Interior constitui, a par da Nova e do Minho, outro vértice daquilo a que poderíamos chamar o "triângulo comunicacional", contendo, entre as suas áreas de formação fundamental, disciplinas como a Semiótica Geral, a Semiologia do Texto, a Filosofia (epistemologia, estética, ética, retórica), a Matemática e a História.

A influência do curso fundador da Universidade Nova de Lisboa prolonga-se até os bacharelatos do ensino politécnico, conforme nos parece ser o caso do plano de estudos do curso de Relações Públicas do Instituto Politécnico de Lisboa, o qual inclui cadeiras como Teoria da Comunicação Social, Sociologia, Semiologia, Semiótica do Texto e da Imagem e Epistemologia das Ciências e das Técnicas.

As licenciaturas da Universidade de Coimbra (Jornalismo) e da Universidade Católica de Lisboa (Comunicação Social e Cultural) caracterizam-se por uma visão da educação para as profissões dos *media* e para o jornalismo baseada nas disciplinas clássicas das Humanidades, completadas por áreas de especialização profissionalizante.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra singularizou-se ao criar a primeira Licenciatura em Jornalismo no ensino universitário português. É interessante notar que os docentes da área de especialização em jornalismo da UNI chegaram a propor o desdobramento da (então) licenciatura em Comunicação Social em vários diplomas especializados, a começar pela criação de uma licenciatura em jornalismo, mas tal proposta não fez vencimento entre os pares.<sup>30</sup>

A predominância da história e da cultura e da língua portuguesas, entre as áreas de formação fundamental, assinala outra diferença específica da licenciatura de Coimbra face aos cursos da Universidade Nova de Lisboa, Universidade da Beira Interior e Universidade do Minho. Também constam

---

<sup>30</sup> Documento apresentado pela área do Jornalismo, a fim de introduzir um debate com os outros docentes no Fórum do Departamento de Ciências da Comunicação efectuado em 1993. O texto era subscrito por Nelson Traquina, Graça Franco e Mário Mesquita. A proposta da Licenciatura em Jornalismo contava com o apoio explícito de Francisco Pinto Balsemão.

do plano de estudos disciplinas de Sociologia, Economia, Geografia, Relações Internacionais e Direito.

A tónica colocada nas disciplinas de Ciências Políticas, com especial incidência no domínio da Administração Pública, correspondendo à vocação fundadora do Instituto, constitui um traço distintivo do plano de estudos da licenciatura em Comunicação Social do ISCSP. Por outro lado, esta licenciatura integra-se num conjunto de seis cursos do Instituto, conjuntamente com as de Gestão e Administração Pública, Antropologia, Política Social, Relações Internacionais e Sociologia do Trabalho.

Os primeiros dois anos correspondem a um "tronco comum" às seis licenciaturas. As disciplinas incluídas nessa área de formação geral pertencem a domínios de saber da área das Ciências Sociais, com destaque para a Sociologia, a Antropologia, a Economia e a Demografia, incluindo também disciplinas como o Direito, a História Económica e Social e a Matemática e Estatística para as Ciências Sociais.

O "tronco comum" prolonga-se, a par de algumas matérias específicas (Semiologia, Sociologia da Informação e algumas outras), ainda no terceiro e quarto anos, onde também se incluem disciplinas comuns a outros cursos do ISCSP, como é o caso da Psicologia, da Psicologia Social, Ciência da Administração, Direito Político, Ciência Política e Doutrinas Políticas e Sociais.

## O LUGAR DOS MEDIA E DO JORNALISMO

O ensino do jornalismo e dos *media* surgiu, historicamente, em Portugal, no âmbito mais vasto da comunicação. As primeiras licenciaturas foram estruturadas à volta de áreas científicas das ciências sociais e das ciências da linguagem. Os *media* e o jornalismo, embora constituíssem, em termos de mercado de trabalho, o principal destino dos estudantes da licenciatura, representavam apenas uma "área de especialização" ou uma via profissionalizante.

A Universidade do Minho, num texto destinado a apresentar o curso aos estudantes, sintetiza, de forma sugestiva, o perfil do Licenciado em Comunicação Social, com base na ideia do desenvolvimento de uma tríplice competência:

*- competência intelectual, cultural e moral que lhe permita a compreensão e interpretação críticas da sociedade e mundo actuais. É para este objectivo que o programa curricular faz apelo às Ciências Sociais e Humanas, designadamente à metodologia da investigação científica, e propõe o estudo de alguns domínios específicos da realidade nacional e internacional.*

*- competência específica no âmbito da comunicação humana, compreendendo o conhecimento aprofundado dos processos semióticos e lingüísticos e dos comportamentos comunicativos em seus aspectos psicológicos e sociais e também a capacidade de emitir e receber mensagens com elevado grau de eficiência. É a perspectiva visada pelas*

*disciplinas teóricas e práticas de Comunicação, Semiótica, Psicologia, Técnicas de Expressão e Línguas Vivas.*

- *competência técnico-profissional ao nível dos meios de comunicação e do exercício das funções de comunicação institucional em algum sector especializado. Para tal se orientam as disciplinas teóricas e práticas sobre tecnologias da comunicação e sua exploração em campo real.*<sup>31</sup>

As licenciaturas representadas no ECCO -- quer se integrem na "perspectiva comunicacional" quer privilegiem uma formação humanística clássica --- encaram a área de especialização em jornalismo numa perspectiva que liga e associa a formação humanística à competência técnico-profissional.

"Profissionalismo não é sinónimo de tecnicismo. A melhor formação para os estudantes que pretendem exercer a profissão de jornalista passa, em nosso entender, por uma cultura sólida nas ciências sociais e humanas" -- estas palavras, utilizadas num documento interno do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa,<sup>32</sup> sintetizam aquilo que se nos afigura ser a perspectiva dominante, independentemente da natureza dos cursos onde leccionam, entre os docentes universitários da área do jornalismo.

"Não é aceitável -- prossegue o documento -- a definição redutora que confina o perfil do jornalista a um técnico que domina determinadas formas de construção de narrativas. Deve ser, em nosso entender, questionada e desmitificada a visão tecnicista do jornalismo, que procura legitimar através de argumentos de natureza pseudo-técnica opções que se inscrevem no mesmo âmbito daquelas que são tomadas pelo político, pelo historiador ou pelo jurista".<sup>33</sup> Mesmo as licenciaturas pensadas em função da problemática teórica da comunicação tiveram de considerar, em função do mercado de trabalho visado pelos seus licenciados, "as exigências de uma certa performatividade", embora privilegiando o questionamento e a reflexão crítica.<sup>34</sup> Deste modo quer a área do jornalismo quer outras especialidades que lhe são colaterais (a área do "Audiovisual", no caso da Universidade Nova) foram conhecendo, ao longo dos anos, apreciável desenvolvimento.

A questão da educação para o jornalismo não passa apenas pela perspectiva do training -- ou seja, da aprendizagem das formas de expressão e do domínio de certas tecnologias dos *media*. Pressupõe que o jornalismo seja encarado, não só na perspectiva das práticas e das retóricas da profissão, mas também dos saberes pluridisciplinares que, à sua volta, se foram constituindo.

---

<sup>31</sup> Extraído do texto intitulado "O perfil do Licenciado em Comunicação", publicado num prospecto de apresentação da Licenciatura da Universidade do Minho.

<sup>32</sup> Documento apresentado pelos docentes da área do Jornalismo no Fórum do Departamento de Ciências da Comunicação efectuado em 1994. O documento era subscrito por Nelson Traquina, Graça Franco e Mário Mesquita.

<sup>33</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>34</sup> *Idem*, *ibidem*.

Por isso convém averiguar se os cursos consistem na mera justaposição das cadeiras pertencentes às áreas teóricas da "problemática da comunicação" ou da formação geral nas humanidades, por um lado, e às áreas de especialização profissionalizantes, por outro, ou se, como seria desejável, desenvolvem uma área de estudos sobre os *media*, onde se estude e analise o fenómeno da comunicação mediaticizada, com o auxílio das disciplinas e dos saberes já consolidados na instituição universitária.

A área dos estudos sobre os *media* encontra-se contemplada em todos os planos de estudos, embora nalguns casos, como, por exemplo, no ISCSP, se circunscreva a um número muito reduzido de cadeiras. Compreende-se, no entanto, que não seja fácil estruturar, num lapso de tempo relativamente curto, domínios de conhecimento sem tradição na Universidade portuguesa.

A própria recepção, através de traduções, das obras clássicas dos *media studies* se revela altamente insuficiente, quando comparada com as situações brasileira ou espanhola. Em nível da investigação sobre os *media* -- tema que não será aprofundado neste artigo -- a situação também se revela pouco animadora. Entre as disciplinas consolidadas das ciências sociais e humanas e as aprendizagens profissionalizantes,<sup>35</sup> deparamos com um vazio preocupante, que levará algum tempo a colmatar.

A fim de matizar este panorama, refira-se que já começaram a surgir algumas investigações, produzidas em Universidades portuguesas, que incidem especificamente sobre os *media* e o jornalismo, casos de Paquete de Oliveira, com a tese "Formas de Censura Oculta na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1974-1987)",<sup>36</sup> e de Rui Cádima, com a tese "O Telejornal e o Sistema Político em Portugal ao tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)".<sup>37</sup>

No ano lectivo de 1991-1992, surgiu, no Mestrado da UNL, a primeira disciplina de jornalismo -- "Teoria da Notícia", a cargo de Nelson Traquina --, o que desencadeou o surgimento, em 1994, da primeira tese de mestrado incidindo de forma específica sobre o jornalismo.<sup>38</sup> Alguns números da Revista de Comunicação e Linguagens, também ligada à UNL, dedicados ao Jornalismo (n. 8)<sup>39</sup> e à Televisão (n.º9),<sup>40</sup> as investigações efectuadas no âmbito da secção de Comunicação e Cultura do ISCTE, os estudos sobre televisão inseridos na Revista Crítica de Ciências Sociais constituem as promissoras excepções à regra de um ensino que, no domínio dos *media* e do jornalismo, quase se limita à retransmissão de conhecimentos, desligada da investigação e da crítica.

---

<sup>35</sup> Neste aspecto, as carências «laboratoriais» são flagrantes nas Universidades públicas, colocando-as, por vezes, em desvantagem perante as privadas e os politécnicos.

<sup>36</sup> Doutoramento em Sociologia, efectuado no ISCTE, em 1988.

<sup>37</sup> Doutoramento em Comunicação, efectuado na Universidade Nova de Lisboa, em 1993.

<sup>38</sup> Trata-se da tese de Rogério Almeida Santos, subordinada ao tema "As relações entre os jornalistas e as fontes", orientada precisamente por Nelson Traquina.

<sup>39</sup> Organizado por Nelson Traquina (Outubro de 1988).

<sup>40</sup> Organizado por Rui Cádima e João Mário Grilo (Fevereiro de 1989).

## UMA PERSPECTIVA SINDICAL: A LEGITIMAÇÃO TECNICISTA

A perspectiva do Sindicato dos Jornalistas sobre a situação actual do ensino do jornalismo é fortemente negativa, ao que se deduz do balanço das "II Jornadas sobre o acesso à profissão" (1992), publicado no boletim "Jornalismo".

Tais críticas são dirigidas, em especial, ao ensino universitário, considerando-o "excessivamente teórico" e "muitas vezes desligado das necessidades da profissão ou profissões para que dizem preparar os alunos" e fechado "ao mundo e ao mercado do trabalho e às realidades da actividade jornalística".<sup>41</sup>

As objecções concretas dirigidas pelo Sindicato aos cursos universitários e politécnicos existentes visam em especial:

- "a proliferação de cursos superiores de Comunicação Social, sem qualidade e sem professores com qualificações na área do jornalismo";<sup>42</sup>
- a desadequação entre o número de estudantes existentes e "as necessidades reais das actividades para que lhes disseram estarem preparados";
- as discrepâncias entre os programas, visto que "não existe qualquer política de coordenação entre os diversos cursos e diversos níveis académicos";
- a insuficiência "das disciplinas necessárias à preparação de jornalistas, quer as de carácter técnico quer as de carácter formativo e cultural em relação com a actividade do jornalismo";
- a coexistência nos mesmos cursos de diferentes perspectivas profissionalizantes: "há uma dispersão e uma confusão de áreas profissionais, que vão desde a comunicação social e afins a actividades com conflitualidades éticas com o jornalismo, como a publicidade, relações públicas, administração e gestão empresarial, adidos de imprensa e... até ao turismo";<sup>43</sup>
- a ausência de professores, em número suficiente, com experiência profissional no campo do jornalismo ("são raríssimos os professores com alguma experiência profissional ou conhecimento da actividade jornalística a ministrar as raríssimas disciplinas de técnica e linguagem da informação que, em geral, têm um carácter abstracto, sem qualquer carácter oficial").

Algumas destas críticas são pertinentes -- nomeadamente, aquelas que se referem ao excesso de cursos, à insuficiência de cadeiras profissionalizantes e ao escasso número de docentes com experiência profissional, mas a análise

---

<sup>41</sup> Jornadas de descontentamento para uma crise. *Jornalismo*, jan. 1993, p. 4.

<sup>42</sup> Jornadas de descontentamento para uma crise..., jan. 1993, p. 4.

<sup>43</sup> PEREIRA, Mônica, CARDOSO, Adelino, loc. cit. A referência ao turismo visa o curso de Comunicação Social e Cultural da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa, que contém três variantes profissionalizantes: *Jornalismo*, *Comunicação Cultural* e *Turismo*. V. anexo 1.

dos planos de estudo de alguns cursos, efectuada no boletim do Sindicato, <sup>44</sup> baseia-se numa "grelha" muito imperfeita, desde logo porque confunde a área de estudos sobre os *media* com aquilo a que chama, de forma expedita, "disciplinas de carácter geral".

Deste modo, o domínio específico dos *media studies* surge aparentemente desvalorizado e sem autonomia própria. Disciplinas como História dos *Media*, Tecnologia dos *Media*, Direito e Deontologia da Comunicação Social são inseridas pelos articulistas no conceito englobante de "disciplinas de carácter geral", a par das cadeiras de Sociologia, Matemática e Estatística, Semiologia, Direito, História e Filosofia.

Esta crítica aos planos de estudos existentes, embora sem articular uma proposta concreta em termos de modelo de curso, contém implícita uma visão tecnicista da profissão que leva a privilegiar os centros de formação profissional face ao ensino universitário e superior. Tal posição é, aliás, diferente daquela que foi assumida, noutras ocasiões, pelo Sindicato designadamente no âmbito da comissão criada nos anos 70, ao tempo da direcção Silva Costa que, subscrevendo posições assumidas pela UNESCO, sustentava que o jornalista deveria ser diplomado pela Universidade. <sup>45</sup>

"Os argumentos em favor dessa opção parecem-me pacíficos -- escreveu Silva Costa -- devido à enorme extensão do campo de conhecimentos, à massificação do seu público, à evolução constante das técnicas de difusão, à importância social da sua função, a informação deve apoiar-se em faculdades que o ensino universitário normalmente desenvolve, como -- e cito aqui Roger Clausse -- a disponibilidade para adoptar e ampliar as inovações, a procura metódica do facto e do documento, o sentido agudo d relatividade e da hierarquia dos valores, o rigor e a honestidade na interpretação, o uso de métodos seguros de investigação, de estudo, de recolha e de trabalho, o amor e o respeito pela língua". <sup>46</sup>

A julgar pelo número em análise do boletim sindical "Jornalismo", alguns sindicalistas consideram suficientes as acções de formação profissional, enquanto preparação para o acesso à profissão, privilegiando a acção do Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR) em detrimento das Universidades e Institutos Politécnicos.

O Sindicato dos Jornalistas -- de acordo com alguns articulistas do referido boletim -- preconiza um sistema de acesso privilegiado à profissão através do CENJOR, de modo a que este centro, ministrando um "curso de base com a duração de dois anos", disponha de "algumas garantias de colocação no mercado de trabalho aos formandos com aproveitamento, algo que só será possível se as empresas lhes concederem preferência no recrutamento". <sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> PEREIRA, Mónica. A multiplicação dos Cursos de Comunicação Social. *Jornalismo*, jan. 1993, p.12.

<sup>45</sup> COSTA, Silva. Para quando um Curso Superior de Jornalismo. *Jornalismo*, dez. 1983, p.33.

<sup>46</sup> COSTA, Silva. Para quando um Curso Superior de Jornalismo...

<sup>47</sup> MARTINS, Martins, CARDOSO, Adelino. Que formação, para e por quem? *Jornalismo*, jan. de 1993, p.10.

Propõe-se igualmente encarar a hipótese de incluir "no quadro negocial da convenção colectiva de trabalho, a dispensa de um ano de estágio aos formandos deste curso do CENJOR".

## O IMPACTO DOS CURSOS SOBRE A PROFISSÃO

Não é fácil avaliar o impacto dos cursos de Comunicação e Jornalismo sobre o exercício da profissão.

O jornalismo continua a ser, em Portugal, de livre acesso, cabendo às empresas decidir livremente do seu critério de recrutamento. Em 1982, o Sindicato dos Jornalistas estabeleceu como requisito mínimo para a profissionalização o Curso Complementar dos Liceus.

José Luís Garcia fez notar que, seis anos depois (1988), o número de jornalistas sem o Curso Complementar dos Liceus era equivalente a um quarto do total de inscritos no Sindicato (23, 8%), tendo continuado, posteriormente, a aumentar o número de profissionais nestas condições, embora decrescendo em termos percentuais (17,8% do total em 1992), visto que, entretanto, "mais do que duplicaram os efectivos com a licenciatura ou o curso superior, enquanto o número de jornalistas com formação em comunicação social mais do que quadruplicou".<sup>48</sup>

Para explicar esta aparente contradição, José Luís Garcia formula a hipótese da existência de "duas formas de acesso à profissão": por um lado, "jovens pouco escolarizados, precocemente entrados no mundo do trabalho, fazendo-o, com muita probabilidade, nos sectores da comunicação social onde a precaridade e a desprofissionalização são as características dominantes (rádio locais, imprensa regional, alguma imprensa nacional) e que conseguem aceder por via desta nova tarimba à carteira profissional"; por outro lado, "uma outra via de acesso que passa pelo credencialismo escolar ligado quer aos cursos universitários de Comunicação Social quer aos cursos de jornalismo do CENJOR e do CFJ".<sup>49</sup>

Esta situação caótica traduz as hesitações patronais e sindicais nesta matéria, mas também as limitações da política de contratação de jornalistas em empresas de dimensão exígua na Comunicação Social regional. O panorama profissional em nível regional -- em especial, nas rádios locais -- constitui uma área privilegiada para a intervenção dos centros de formação profissional.

A coexistência destas duas vias de acesso à profissão, implicando o desnivelamento cada vez maior entre categorias de jornalistas, obrigará o Sindicato dos Jornalistas a repensar a questão do limiar exigível, em termos de habilitações literárias, aos candidatos a jornalistas. A própria existência de um número cada vez mais elevado de jornalistas com cursos universitários de Comunicação ou Jornalismo inacabados constitui outra consequência negativa da actual política de "portas abertas".

---

<sup>48</sup> GARCIA, José Luís, *op.cit.*, p. 71.

<sup>49</sup> GARCIA, José Luís, *loc.cit.*

Limitar o acesso à titularidade de determinado diploma universitário - em Comunicação ou em Jornalismo, por exemplo -- seria inaceitável e colidiria frontalmente com a própria "filosofia" do jornalismo, enquanto "profissão aberta", mas talvez seja ocasião de perguntar se o estabelecimento de limiares mínimos, em termos de habilitações académicas, para a credenciação e o exercício dos futuros profissionais, não será a melhor forma de assegurar a competência exigível a uma profissão com tamanha relevância social.

Seria razoável que, no presente estágio de desenvolvimento educativo e cultural do país, as associações patronais e sindicais da área recomendassem aos seus associados que o acesso à profissão se situe ao nível da licenciatura, sem prejuízo de excepções a analisar casuisticamente. A aplicação plena de tal requisito não é fácil, devido à dimensão de certas empresas regionais, mas tal facto não diminuiria o alcance simbólico dessa medida, nem anularia algumas das suas consequências práticas.

## SÍNTESE CONCLUSIVA

O conjunto de cursos destinados a preparar para o exercício do jornalismo contempla um leque de soluções diversificadas:

- *cursos de formação* ministrados por centros especializados;
- *bacharelatos e diplomas de estudos superiores especializados (DESE)* nos Institutos Politécnicos (públicos e privados);
- *licenciaturas* ministradas por Universidades públicas e privadas;
- *mestrados e doutoramento* em Universidades públicas.

Entre estes cursos verificam-se quatro ordens de clivagem:

- quanto ao *tipo* de instituição que os assegura: Universidade, Instituto Politécnico ou Centro de Formação;
- quanto à *natureza* da Instituição: pública ou privada;
- quanto à *designação*: Ciências da Comunicação, Comunicação Social ou Jornalismo;
- quanto ao *âmbito*: generalistas (na maior parte dos casos) ou especializados (mestrados do ISCTE, pós-licenciatura da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra ou o DESE, da Escola Superior de Jornalismo).

A multiplicação dos cursos corresponde à crescente relevância social das profissões dos *media*, à procura dos estudantes e à crise de algumas formações tradicionais na área das humanidades.

Este conjunto de soluções emergiu num curto lapso de tempo e revela, naturalmente, algumas fragilidades, como seja a discrepância entre o elevado número de cursos e o insuficiente avanço da investigação.

Os cursos universitários surgiram como extensão do campo das Ciências Sociais e Humanas, o que lhes confere uma garantia de solidez. Contudo, a áreas de estudos sobre os *media* traduz as insuficiências da investigação, enquanto as aprendizagens profissionalizantes denotam graves carências quer em nível do corpo docente quer nos recursos laboratoriais disponíveis.

Os critérios de contratação das Universidades públicas constituem uma garantia de autonomia e qualidade científica face a eventuais injunções exteriores à instituição académica, de natureza política, corporativa ou outras, mas -- na actual situação dos jornalistas a meio da carreira em termos de habilitações académicas -- dificulta a obtenção de contributos úteis na área profissional.

Privilegiados pelas políticas governamentais em termos de equipamento laboratorial, os Institutos Politécnicos revelam maior flexibilidade na contratação de professores, em função de regras de funcionamento menos rígidas, mas também mais vulneráveis à interferência de factores não-académicos.

A coexistência de dois tipos de ensino superior -- universitário e politécnico -- na preparação para as profissões dos *media* é, naturalmente, motivo de polémica e de alguma perplexidade, pondo em dúvida a coerência global do sistema.

Os centros de formação profissional, vocacionados para acções de aperfeiçoamento e especialização, estão a ser orientados -- pelo menos, no caso do CENJOR -- numa perspectiva de concorrência com o ensino universitário, em vez de adoptarem, como seria adequado, uma estratégia de complementaridade.

A diversidade dos planos de estudos no ensino universitário constitui, em nosso entender, uma afirmação de autonomia do sistema de educação para as profissões dos *media* no seu conjunto. No entanto, o diálogo entre escolas congéneres é desejável. A eventual harmonização dos *curricula*, com base no estabelecimento de exigências mínimas, pode ser positiva, desde que não conduza a qualquer tipo de uniformização empobrecedora e indesejável. A cooperação em nível das pós-graduações, à semelhança da que já existe no Brasil, será também positiva.

Longe de constituir um sistema coerente, pensado na sua globalidade, este conjunto de cursos -- conferindo diferentes graus académicos -- afigura-se como a resultante, insuficientemente articulada, do cruzamento de duas crises: a crise de crescimento das profissões dos *media* e a crise das saídas tradicionais das formações universitárias em Ciências Sociais e Humanas.

A Universidade constitui o lugar adequado para o ensino para as profissões dos *media* e do jornalismo. Nenhuma outra entidade dispõe de condições institucionais e de recursos humanos que melhor garantam a preparação humanística dos futuros jornalistas, embora lhe falta ainda, no caso português, demonstrar capacidade para desenvolver a investigação e assegurar uma formação eficiente nas áreas profissionalizantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros e revistas

AGEE, Warren, TRAQUINA, Nelson. *O Quarto Poder frustrado: os meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*. Lisboa: Vega, [s.d.].

BOHÈRE, G. *Profession: Journaliste -- Étude sur la condition du journaliste en tant que travailleur*. Genève: Bureau International du Travail, 1984.

- FRENCH, David, e RICHARDS, Michael. *Media Education across Europe*. Londres: Routledge, 1994.
- LACAN, Jean-François et alii. *Les Journalistes -- stars, scribes et scribouillards*. Paris: Syros, 1994.
- MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.
- MORY, Pierre, STEPHENSON, Hugh e Association Européenne de Formation au Journalisme (AEFJ). *La Formation au Journalisme en Europe*. Paris: C.F.P.J., 1991.
- RIEFFEL, Rémy. *L'élite des journalistes -- les hérauts de l'information*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- SAPERAS, Enric. *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Trad. de Fernando Trindade. Porto: ASA, 1993.
- Sindicato dos Jornalistas. *Jornalismo: os (des)caminhos do acesso à profissão*. Lisboa: Edição do S.J., 1993.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.
- VOYENNE, Bernard. *Les journalistes français*. Paris: CFPJ-Retz, 1985.

#### Artigos

- COSTA, Silva. Para quando um Curso Superior de Jornalismo? *Jornalismo*, dez. 1983, p.32-34.
- GARCIA, Luís. Principais tendências da evolução do universo dos jornalistas portugueses. *Vértice*, n. 60, II série, mai-jun. 1994, p. 69-77.
- GARCIA, Luís, CASTRO, José. Os produtores de opinião pública: entre o grupo profissional e o grupo de status. Em: *Estruturas e Desenvolvimento (Actas do II Congresso Português de Sociologia)*, Lisboa: Fragmentos, 1993, v. 1, p. 141-156.
- GARCIA, Luís, CASTRO, José. Os jornalistas portugueses: da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia -- Problemas e Práticas*, n. 13, 1993, p.93-114.
- MARCOS, Luís Humberto. Portugal, primeiro a inovar, último a formar. *Intercom - Revista Brasileira de Comunicação*, v. X, n. 57, jul.-dez. 1987, p. 115-118.
- MELO, José Marques de. Investigación en comunicación: Tendencias de la escuela latinoamericana. *Anuario del Departamento de Historia*, n. 5, Madrid: Editorial Complutense, 1993, p. 201-223.
- MESQUITA, Mário. Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 8, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa, 1988.

- MESQUITA, Mário. Ensino e Formação de Jornalistas. *II Congresso da Imprensa Não-Diária*, Lisboa, AIND, 1988, p. 85-88.
- MESQUITA, Mário. Os meios de comunicação social: o universo dos media entre 1974 e 1986. Em: António Reis (org.). Portugal - 20 anos de Democracia, *Círculo de Leitores*, Lisboa, 1994, p. 360-396.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel. Elementos para uma sociologia dos jornalistas portugueses. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 8, Lisboa, dez. 1988, p. 47-53.
- RIEFFEL, Rémy. Les Médiateurs et l'Écueil de la Médiocratie: l'exemple français. *Communications*, Frankfurt, n. 2, 1987, p. 67-79.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O ensino universitário da comunicação social. *O Campo dos Media*, Lisboa, Vega, [s.d.]
- SEATON, Jean, PIMLOTT, Ben. The Portuguese Media in Transition. Em: MAXWELL, Kenneth. *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press, 1983.
- WICKLEIN, John. No Experience Required - In the Battle for the Soul of Journalism Education. *Columbia Journalism Education*, september/october 1994, p. 45-48.

## RED IBEROAMERICANA DE REVISTAS DE COMUNICACIÓN Y CULTURA

### COMUNICACIÓN AMÉRICA LATINA

Publicación cuatrimestral de la OÇIC-AL Organización Católica Internacional del Cine y del Audiovisual - América Latina. UCLAP - Unión Católica para la Radio, la Televisión y los Medios Afines.

WACC-AL/C - Asociación Mundial para las Comunicaciones Cristianas América Latina/Caribe.

Correspondencia: Estados Unidos 2057 (1227) Buenos Aires - Argentina.

### CUADERNOS DE COMUNICACIÓN ALTERNATIVA

Publicación Bimestral del Centro de Integración de Medios de Comunicación Alternativa (CIMCA)

Correspondencia: Apartado 5828 La Paz - Bolivia.

### REVISTA BOLIVIANA DE COMUNICACIÓN

Correspondencia: Casilla 1068 La Paz - Bolivia

### CADERNOS DE DIFUSÃO DE TECNOLOGIA

Publicación Cuatrimestral de Departamento de Difusão de Tecnologia (DDT) de la Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Correspondencia: Caixa Postal 04-0315, 07000 Brasília DF, Brasil

### COMUNICARTE

Publicación semestral do Instituto de Artes e Comunicações da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Correspondencia: Caixa Postal 317 - CET - Campinas - SP - Brasil

### SIGNO Y PENSAMIENTO

Publicación Semestral de la Facultad de Comunicación Social de la Pontifícia Universidad Javeriana

Correspondencia: Carrera 7a. N° 40 - 82 Bogotá Colombia

### INTERCOM REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO

Publicación de Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (INTERCOM)

Correspondencia: Caixa Postal 20793 CEP 01496 - São Paulo - Brasil.

### NTC/NCT

Revista de intercambio sur/norte sobre nuevas tecnologías de comunicación IPAL.

Correspondencia: La Mar 170 - Lima 18 - Perú. Apartado Postal 270031 - Lima 27

### GRAPIIOS

Publicación Bimestral de la Facultad de Comunicación Social de la Universidad de Panamá.

Correspondencia: Ciudad Universitaria Octavio Méndez Pereira, Estafeta Universitaria, Ciudad de Panamá, Panamá.

### COMUNICACIÓN Y CULTURA

Publicación Cuatrimestral del Departamento de Educación y Comunicación, División de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco.

Correspondencia: Calzada de Hueso 1100, Col. Vila Quietud (04960) México, D.F. México.

### CONTRATEXTO

Publicación del Centro de Investigación en Comunicación Social, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad de Lima.

Correspondencia: Apartado 852, Lima 100, Perú.

### COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

Publicación Semestral del Instituto Metodista de Ensino Superior.

Correspondencia: Rua do Sacramento 230 - 090720 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - SP Brasil.

### COMUNICACIÓN

Publicación del Centro Gumilla Comunicación.

Correspondencia: Edificio Centro Valores, local 2, Esquina Luneta, Apartado 4838, Caracas 1010 - A. Venezuela.

### COMUNICACIÓN

Publicación Anual, Facultad de Comunicación Social de la Universidad Pontificia Bolivariana.

Correspondencia: A.A. 1178 - Medellín Colombia.

### CADERNOS DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

Publicación del Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Correspondencia: Caixa Postal 8191, Edificio de E.C.A. São Paulo, Brasil.

### MEDIOS EDUCACIÓN

### COMUNICACIÓN

Un enfoque alternativo en una oferta de educación superior no formal.

Correspondencia: Casilla de Correo 3277, 1000 - Buenos Aires - Argentina.

### CANDELA

Correspondencia: Santiago de Chile 1180 esc. 301 Montevideo - Uruguay

### ESTUDIOS SOBRE LAS CULTURAS CONTEMPORANEAS

Publicación Cuatrimestral del Programa Cultura/CUIS.

Correspondencia: Apartado 294, Colima 28000 México.